

## Economia

Brasil

A queda das reservas cambiais obrigou Zélia Cardoso de Mello a não incluir no plano que entregará a Collor a descentralização da dívida externa

# Dívida externa: aval da União será mantido.

JOEL SANTOS

A renegociação descentralizada da dívida externa não está mais incluída no plano de estabilização que a economista Zélia Cardoso de Mello entrega hoje ao presidente eleito Fernando Collor de Mello. A proposta, defendida por Collor durante a campanha eleitoral, prevê a retirada do aval da União às dívidas dos Estados, Municípios e empresas estatais assumidas junto aos bancos internacionais e foi descartada em função das informações dando conta de que as reservas cambiais do País são inferiores aos US\$ 7,3 bilhões anunciados recentemente pelo atual governo. Os assessores econômicos que integram a equipe de transição também admitem a possibilidade de o novo presidente decretar uma maxidesvalorização do cruzado em relação ao dólar, pois eles reconhecem a existência de uma defasagem cambial, que varia entre 30 e 40% e já compromete as exportações brasileiras. No entanto, eles advertem que a **maxi** não será anunciada por Collor de imediato, já que a medida implica uma série de reflexos negativos na economia, principalmente a aceleração da taxa de inflação.

A mudança com relação ao tratamento da dívida externa não pode ser interpretada como um recuo do novo governo, observa um dos assessores de Zélia Cardoso. A decisão é decorrência de um "efeito conjuntural", que inviabiliza a adoção no momento da estratégia de promover a descentralização da dívida externa. O economista revela que os dados transmitidos por técnicos do Banco Central à equipe econômica de Collor de Mello deixam claro que os níveis das reservas não ultrapassam US\$ 6 bilhões até janeiro, o que reduz substancialmente o poder de barganha dos negociadores brasileiros nesta primeira etapa e inviabiliza qualquer tentativa de convencer os bancos credores a reformular as condições de pagamento da dívida externa brasileira.

A questão da dívida externa foi um dos pontos mais discutidos pelos economistas que ajudaram Zélia na elaboração do plano. Só na madrugada de sábado os técni-



A equipe econômica coordenada por Zélia Cardoso demorou quatro dias para elaborar o plano que será entregue a Collor

cos que, desde quarta-feira, ficaram literalmente trancados em quatro suítes do Hotel Transamérica, na zona Sul da Cidade, concordaram que a retirada do Aval da União teria que ser deixada de lado, por enquanto.

Em entrevista ao **Jornal da Tarde**, Zélia Cardoso confirmou que a descentralização da renegociação da dívida externa não fará parte do plano econômico, mas recusou-se a dar detalhes sobre o assunto. A economista deixou claro, no entanto, que o governo insistirá em obter com os credores melhores condições para o pagamento de sua dívida externa.

Um dos assessores mais próximos de Zélia acrescenta que o novo governo está disposto a tentar renegociar a dívida diretamente com os bancos credores e não apenas com as grandes instituições financeiras. Com isso, ele não descarta a possibilidade de que o Comitê Assessor da dívida seja extinto.

Zélia, por sua vez, limita-se a

contar que, além de procurar uma nova maneira de renegociação para apresentar aos credores, o governo, conforme prevê o plano, deverá utilizar a conversão da dívida em capital de risco como forma de reduzir seu débito junto aos bancos credores. A conversão, porém, terá suas regras modificadas.

Ela será realizada paralelamente a implantação de uma efetiva política industrial. Ou seja, definidos os objetivos e os setores prioritários de desenvolvimento, o governo determinará os setores em que os credores poderão utilizar a conversão para transformar seus débitos em capital de risco.

A economista também confirma que o programa de privatização do Governo Collor irá permitir a participação do capital estrangeiro nos leilões que serão realizados para a venda das estatais. A economista, revela, também, que as consultas jurídicas realizadas por sua equipe mostram que o Poder Executivo pode

privatizar inúmeras empresas sem precisar da aprovação do Congresso.

A principal assessora do presidente eleito acrescenta que o programa de privatização pretende, até o final de 90, levantar recursos da ordem de US\$ 2,7 bilhões com a venda de dezenas de estatais. Um dos economistas mais próximos a Zélia ressalva, porém, que nada será feito "em detrimento da coisa pública e em benefício da iniciativa privada".

"Não haverá um novo caso Mafersa. Ou seja, as empresas estatais serão vendidas pelo valor real. O governo não subestimará o preço de suas empresas. Numa primeira etapa, a ideia é reprivatizar as empresas que eram controladas pela iniciativa privada e acabaram, em razão de dificuldades financeiras, sendo absorvidas pela União.

## O Plano

Com relação as linhas gerais do programa de estabilização que será entregue hoje ao presidente

eleito, a virtual ministra da economia admite que irá provocar logo nos primeiros dias de sua implantação uma queda na demanda e uma redução da atividade produtiva.

Zélia entende que esse quadro não pode ser classificado de recessivo. Ela prevê que com o corte radical nos gastos públicos, reajustes das tarifas públicas, o enxugamento da máquina do Estado (redução de ministérios, demissão de funcionários com duplo emprego e a extinção de mais de 50 mil cargos de confiança) e outras medidas complementares produzirão resultados em 90 dias.

Ao mesmo tempo em que se estará combatendo o déficit público, a adoção das medidas sugeridas no plano prevê que em junho a inflação cairá, devendo se situar entre 4 e 6 por cento. Um dos economistas que ajudou na elaboração do plano descarta, pelo menos a curto prazo, uma intervenção no mercado financeiro com o objetivo de mudar o perfil

da dívida interna, via calote.

As medidas adotadas certamente reduzirão o déficit público e a previsão entra a equipe do economista é de que a partir do segundo semestre, o País entra num processo de crescimento econômico, ainda que tímido. A estimativa de um dos assessores mais próximos a Zélia é de que haverá um crescimento, em 1990, de no máximo 2% e, já em 1991, esta taxa deverá ficar entre 8 e 10%.

Embora não confirme essas informações, Zélia Cardoso, garante que as promessas de campanha do presidente eleito de recuperar a economia sem provocar recessão e o desemprego serão cumpridas. "Não haverá arrocho salarial e o poder aquisitivo dos trabalhadores, nessa primeira etapa, será pelo menos preservado", assegura a economista.

Outro assessor confidencia que o plano do novo governo não altera a sistemática de reajuste salarial, preservando o poder aquisitivo dos trabalhadores. Depois, será colocada em prática a política de livre negociação entre empregados e trabalhadores sem a intervenção do Estado. Para isso, a adoção dos contratos coletivos de trabalho pode ser a forma adotada.

A distribuição de uma cesta básica de alimentos nos três primeiros meses do governo também pode ser adotada por Collor como forma de atenuar possíveis efeitos que algumas medidas poderão, inicialmente, provocar entre os assalariados.

O plano não prevê a instituição de novos impostos mas um realinhamento das tarifas públicas, defasadas pelo processo inflacionário. Ao invés de novos impostos, o governo pretende punir os sonegadores e aumentar a arrecadação através da modernização da Receita Federal. A estimativa de que a sonegação hoje, por falta de fiscalização eficiente, chega a US\$ 16 bilhões ou 10% do PIB.

Numa primeira etapa serão suspensos todos os tipos de incentivos e subsídios (que hoje chegam a 110 tipos diferentes) que obrigar o Tesouro Nacional a despesar anualmente recursos da ordem de US\$ 14,4 bilhões para fazer frente à concessão desses benefícios.